

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2019

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

A recuperação da economia alcançada após o fim de um longo período de recessão trouxe um viés positivo para o setor produtivo brasileiro. Mesmo que o índice de crescimento do PIB tenha sido pequeno, isso tem sinalizado como boa perspectiva para os próximos anos.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

As políticas e ações mitigadoras de riscos e contenção de gastos que vêm sendo implementadas, tem proporcionado resultados positivos sucessivos, refletindo no aumento do volume de recuperação de crédito, redução do saldo da carteira em default, e boa liquidez. Com isso, o lucro líquido alcançado em 2019 foi 24% maior em relação ao obtido em 2018, demonstrado no balanço patrimonial.

Os desembolsos com recursos próprios da GOIÁS FOMENTO somaram R\$ 31,6 milhões em 804 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos nesse semestre. Não houve desembolsos nas operações de repasses do FCO, BNDES e FINEP.

Os atendimentos realizados pela GoIásFomento foram ampliados com o programa ultrapasando os oito mil no exercício. O GoIás Empreendedor tem o objetivo de induzir e fomentar a abertura de novos negócios e ampliação de empresas em todo estado de Goiás e a previsão é de injetar cerca de R\$ 500 milhões nas empresas goianas, nos próximos três anos.

A Caravana do Empreendedor tem como objetivo a promoção de palestras, oficinas, rodadas de negócios e oportunidades de crédito com taxas subsidiadas, é uma iniciativa do Governo de Goiás e importantes parceiros que fazendo com essas ações chegam ao interior do Estado.

Os resultados obtidos no exercício de 2019, destaca a administração profissional esperada das sociedades empresariais focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores.

GOIÁS FOMENTO vem atuando em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial sua jurisdição, a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços na implementação de diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Programa GoIás Empreendedor
Após o lançamento do Programa GoIás Empreendedor, a GoIásFomento, executora de políticas públicas de geração de emprego e renda, participou da solenidade de entrega dos primeiros contratos decorrentes do programa "GoIás Empreendedor" no Auditorio Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 (Em R\$ mil)

Table with 4 columns: Descrição, 2º Semestre de 2019, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Fluxos de Caixa Provenientes das Operações, Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos, and Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamentos.

Table with 4 columns: Descrição, 2º Semestre de 2019, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, Início do Período, Fim do Período, and Redução de Caixa e Equivalente de Caixa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ mil)

Table with 4 columns: Descrição, 2º Semestre de 2019, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, RESULTADO OPERACIONAL, RESULTADO NÃO OPERACIONAL, RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES, JÚROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO, and LUCRO POR AÇÃO - R\$ 1,00.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em R\$ mil)

Table with 7 columns: Eventos, CAPITAL REALIZADO, AUMENTO DE CAPITAL, RESERVAS DE LUCROS (LEGAL, EXPA-SÃO, INCENTIVOS FISCAIS), LUCROS ACUMULADOS, TOTAL. Rows include SALDO EM 30/06/2019, SALDO EM 31/12/2019, SALDO EM 30/06/2019, SALDO EM 31/12/2019, SALDO EM 31/12/2017, SALDO EM 31/12/2018, SALDO EM 31/12/2018, SALDO EM 31/12/2019, SALDO EM 31/12/2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em R\$ Mil)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL
A Agência de Fomento de Goiás S/A é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 13.533/99, regida pela Resolução nº 2.828/01, do Conselho Monetário Nacional – CMN e devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
a) Moeda de apresentação e funcional
As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Nota 3 – RESUMO DAS PRÁTICAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Critérios de reconhecimento dos resultados
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se as seguintes:

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ratificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário.

c) Uso de estimativas
A preparação das demonstrações financeiras, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões.

d) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa esses correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com reversibilidade imediata.

e) Obrigações por empréstimos e repasses
As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.

f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

g) Operações de crédito e outros créditos
Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando-se em consideração a conjuntura econômica, experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 5.

h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios da classificação de risco previstos na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

i) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 4 – OUTROS CRÉDITOS

Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

As operações ativas negociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial, salvo aquelas que estão no risco H, que poderão, de acordo com a política da GoIásFomento alinhada à Resolução 2.682/99, do CMN, as quais a reclassificação do seu rating passa a ser objeto de revisão. As demais operações, a princípio, ficam no mesmo rating e passam também, de acordo com a referida política, a ser analisadas com a possibilidade de serem reclassificadas. As negociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H, e seu rating passa no mês seguinte a ser objeto de revisão. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das negociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

ii) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos
Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, quando da ocorrência de inadimplência. Na conformidade do Artigo 4º, Parágrafo 1º da Resolução 2.682/99, do CMN, o prazo para a classificação das operações de crédito na faixa de risco estabelecidas pela referida Resolução é contada em dobro, para as operações de longo prazo com garantias.

iii) Outros valores e bens
Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios, recebidos em dação de pagamento, os quais são demonstrados a valor do custo, ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As Despesas Antecipadas correspondem a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

iv) Depreciação
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Agência ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transmitem à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens.

v) Provisão para férias e 13º salário
É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais.

vi) Juros sobre o capital próprio
A GoIásFomento, conforme requerido pela legislação fiscal, aplica os juros sobre o capital próprio. Tem sido prática adotada pelo Acionista Majoritário reinvestir no Capital Social.

vii) Impostos e contribuições
Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram para efeito das respectivas bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Table with 2 columns: Descrições, Taxa. Rows include IR - Imposto de Renda, Adicional de Imposto de Renda, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

viii) Resultados de títulos e valores mobiliários
b) Resultado de títulos e valores mobiliários
Descrições da Rendas de Aplicações Int. de Liquidez – Título/Renda Fixa

Table with 4 columns: Descrições, 2º Semestre/19, 31/12/19, 31/12/18. Rows include Fundos, LFT, CEF - Fundo Caixa Goiás Fomento – com liquidez diária, Cotas de Fundos de Investimento - FGI/FIP, Provisão para Desvalorização de Títulos, Totais.

c) Composição total da carteira e prazos
Descrições das Operações de Crédito, Empréstimos, Comércio, Indústria, Serviço, Empréstimos Pessoas Físicas, Financiamentos

Table with 4 columns: Descrições, 31/12/19, 31/12/18. Rows include Operações de Crédito, Empréstimos, Comércio, Indústria, Serviço, Empréstimos Pessoas Físicas, Financiamentos, Comércio, Indústria, Serviço, Financiamentos Pessoas Físicas, Financiamentos Rurais e Agroindustriais, Financiamentos Rurais e Agroindustriais, Subtotais das Provisões, Provisão Adicional, Total das Provisões.

d) Concentração de crédito e risco de crédito
Descrições, 31/12/19, 31/12/18. Rows include Principal Devedor, Percentual Sobre o Total da Carteira de Operações de Crédito, Vinte Maiores Devedores, Percentual do Total.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios da classificação de risco previstos na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

f) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 5 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

g) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 6 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

h) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 7 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

i) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 8 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

j) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 9 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

k) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 10 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

l) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 11 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

m) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 12 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

n) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 13 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

o) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 14 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

p) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 15 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

q) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/19
Saldo em 31/12/19

Nota 16 – OUTROS CRÉDITOS
Rendidas a Receber
Adiantamentos e Antecipações de Salários
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 14.2a)
IR a compensar
Imposto de Renda a Recuperar
Devedores por Depósitos em Garantia
Outros
Totais
Curto Prazo
Longo Prazo

Table with 4 columns: Nível, Saldo, Percentual (%), Provisão. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H.

r) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/18
Constituição no 1º Semestre/19
Baixas no 1º Semestre/19
Saldo em 30/06/19
Constituição no 2º Semestre/19
Baixas no 2º semestre/1

NOTA 7 - OUTROS VALORES E BENS**a) Bens Não de Uso Próprio e Bens Não de Uso Próprio em Regime Especial**

Descrições	Município	31/12/19	31/12/18
Bens Não de Uso Próprio			
Chácara c/ residência	Três Ranchos/GO	-	576
Casa residencial	Iaciara/GO	-	30
Galpão e um barracão	Trindade/GO	7	7
Lote urbano	Itaguari/GO	22	22
Casa residencial	Aragarcas/GO	30	30
Sobrado residencial	Luziânia/GO	670	670
Lote suburbano	Luziânia/GO	65	65
Lote urbano	Senador Canedo/GO	90	90
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	40
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	40
Casa residencial geminada	Goiania/GO	130	130
Casa residencial geminada	Goiania/GO	125	125
Casa residencial	Sta Helena de GO/GO	70	70
Casa residencial	Maurilândia/GO	90	90
Dois lotes urbanos	Morrinhos/GO	211	211
Prédio Comercial	Rio Verde/GO	250	250
Lote Urbano	Iporá/GO	35	35
Lote Urbano	Trindade/GO	195	195
Galpão Comercial	Ap. de Goiania/GO	500	500
Lote urbano	Uruana	130	-
Sobrado	Edéia	100	-
Sobrado	Edéia	105	-
Lote Urbano	Itaguari	105	-
Lote Urbano	Itaguari	60	-
Lote Urbano	Aragoiânia	30	-
Casa residencial	Goiania	500	-
Apartamento	Goiania	240	-
Lote Urbano	Alexânia	75	-
Prédio Comercial	Aparecida de Goiania	1.500	-
Casa residencial	Goianira	360	-
Lote Urbano	Bom Jesus	25	-
Lote Urbano	Mundo Novo	200	-
Lotes Urbano	Aparecida de Goiania	338	-
Lote Urbano	Goiania	576	-
Subtotal		6.914	3.177
Bens em Regime Especial			
Gleba de terras – 25 alqueires	Posse/GO	50	50
Sobrado de 4 suítes	Ipameri/GO	77	77
Casa residencial	Cidade de Goiás/ GO	25	25
Casa residencial	Rubiataba/GO	70	70
Casa residencial	Goiatuba/GO	35	35
Lote urbano	Ap. Goiânia/GO	60	60
Sobrado zona urbana	TRÊS RANCHOS	576	-
Casa Residencial	IACIARA	30	-
Subtotal		923	317
Totais		6.914	3.177

Há previsão de leilão no primeiro semestre de 2020.

b) – Despesas Pagas Antecipadamente – Despesas Antecipadas

Descrições	Exercícios	
	31/12/19	31/12/18
Assinaturas e Seguros	14	12
Licença de Uso	1.421	2.114
Totais	1.434	2.126

NOTA 8 – PERMANENTE

Descrições	Exercícios					
	31/12/19			31/12/18		
	Taxa	Custo	Depreciação	Vi. Líquido	Vi. Líquido	
Imóveis de Uso – Terrenos	-	2.422	-	2.422	2.422	
Imóveis de Uso – Edificações	4%	1.867	(675)	1.192	1.260	
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	728	(495)	233	222	
Outras Imobilizações	10%	893	(603)	290	98	
Intangível (*)	20%	394	(155)	239	318	
Totais		6.304	(1.928)	4.376	4.320	

(*) Intangível – O ativo intangível refere-se a Software adquirido com o objetivo de investimento para modernização e adequação a novas tecnologias e necessidade dos negócios.

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Agência Brasileira de Inovação – FINEP, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
BNDES	3,81% a.a.	2 anos/11 meses	31/12/19 31/12/18
Valor das Obrigações			5.876 8.330
Curto Prazo			2.557 2.789
Longo Prazo			3.319 5.541

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
FINEP	4,50% a.a.	3 anos/6 meses	31/12/19 31/12/18
Valor das Obrigações			1.019 1.295
Curto Prazo			304 318
Longo Prazo			715 977

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
FCO	7,07% a.a.	3anos/5 meses	31/12/19 31/12/18
Valor das Obrigações			29.892 36.847
Curto Prazo			7.110 7.036
Longo Prazo			22.782 29.811

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
FUNGETUR	6,9% a.a.	3anos/9meses	31/12/19 31/12/18
Valor das Obrigações			2.000 -
Curto Prazo			2.000 -
Longo Prazo			- -
Totais			38.787 46.472

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrições	Exercícios	
	31/12/19	31/12/18
Dividendos e Bonificações à Pagar (Nota 15)	5.700	1.823
Subtotal	5.700	1.823
Fiscas e Previdenciárias	1.043	1.823
Impostos e Contribuições	418	1.049
Subtotal	1.461	1.862
Cretores Diversos	3.153	2.079
Doação p/ Aumento de Capital	316	316
Provisão de Férias e 13 Salários	1.080	1.019
Contingências	757	324
Cretores Diversos	1.927	2.438
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	461	499
Outras	1.927	2.438
Subtotal	7.694	6.675
Totais	14.891	9.560

NOTA 11 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado da GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 173.149.839,97 (cento e setenta e três milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos), sendo representado por 173.149.840 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 12 – DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRAS

Descrições	Exercícios	
	31/12/2019	31/12/2018
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD	3.760	5.204
Provisão para Desvalorização	90	87
Total	3.850	5.291

NOTA 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

Descrições	Exercícios	
	2º Semestre de 2019	31/12/19 31/12/18
Pessoal (*)	10.761	19.822 17.756
Total de Despesa com Pessoal	10.761	19.822 17.756
Água, Energia e Gás	114	235 274
Aluguéis	68	128 81
Comunicação	69	151 197
Honorários (NOTA 19)	942	1.599 1.455
Manutenção e Conservação	101	234 133
Material de Expediente	11	21 26
Terceiros	460	859 814
Propaganda / Publicidade e Publicações	34	119 133
Técnicos Especializados	877	1.314 587
Vigilância e Segurança	97	207 238
Transportes	96	166 152
Emolumentos Judiciais e Cartorários	237	526 636
Outros	801	1.511 2.012
Total Despesas Administrativas	3.907	7.070 6.738
Despesas Tributárias	18	149 71
Total Despesas Tributárias	18	149 71
Totais	14.686	27.041 24.565

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores.

NOTA 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrições	Exercícios	
	2º Semestre de 2019	31/12/19 31/12/18
Receitas de Prestação de Serviços		
Adm. de Fundos Públicos (Nota 16)	7.729	14.787 11.885
Outras Taxas	327	624 630
Totais	8.056	15.411 12.495

Descrições	Exercícios		
	2º Semestre de 2019	31/12/19 31/12/18	
Outras Receitas			
Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	5.583	8.297 5.780	
Recuperação de Encargos e Despesas	581	1.176 2.890	
Rendas de Repasses Interfinanceiros	669	1.179 1.439	
Reversão de Provisões Operacionais	35	276 428	
Equalizações de Taxas CPR	3.577	6.858 5.760	
Outras	231	231 -	
Total de outras receitas	10.677	18.017 16.297	
Outras Despesas			
COFINS	780	1.532 1.516	
PASEP	127	249 246	
ISSQN	404	771 624	
Amortização do Intangível	39	79 76	
Depreciação	89	156 150	
Despesas de Repasses Interfinanceiros	535	1.440 2.034	
Outras	15	16 134	
Totais de outras despesas	1.989	4.243 4.780	

NOTA 15 - IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO**15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social****a) Base de tributação**

Descrições	Exercício – até 31/12/19	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado do Período	12.271	12.271
(-) Juros de Capital Próprio	(5.700)	(5.700)
= Resultado ajustado	6.571	6.571
+ Adições		
Provisão para Devedores Duvidosos/2019	6.264	6.264
Operações de Crédito Compensadas em Prejuízo	1.500	1.500
Despesas não Dedutíveis	2.843	2.843
Totais das adições	10.607	10.607
(-) Exclusões		
Provisão para Devedores Duvidosos/2018	(4.726)	(4.726)
Operações de Crédito (maiores que R\$ 30 há mais de 1 ano)	(8.581)	(8.581)
Outras Exclusões	(1.225)	(1.225)
Totais das exclusões	(14.532)	(14.532)
= Lucro Real	2.646	2.646

Imposto de Renda e Contribuição Social	Exercícios	
	31/12/19	31/12/18
Realização Líquida de Créditos Tributários	637	397
	(1.144)	(1.431)

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do Banco Central nº 3.171/10. Conforme dispõe a Resolução do CMN de nº 3.059/02, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores atados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/19, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.

Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/18	3.723	2.980	6.703
Constituição no exercício	662	397	1.059
Realização no exercício	(1.806)	(1.829)	(3.635)
Saldo em 31/12/19 – Nota 6	2.579	1.548	4.127
Totais a Curto Prazo	956	573	1.529
Totais a Longo Prazo	1.623	975	2.598

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2020		2021	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	321	634	569	1.054
Contribuição Social	193	381	342	634
Totais	514	1.015	911	1.686

c) Natureza dos créditos

Descrições	31/12/2019
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	6.264
Operações de Crédito (até R\$ 15 em risco "H")	(267)
Baixa de Operação de Crédito	1.500
Provisão para Contingências	757
Provisões Administrativas e Imparidade	2.064
Base de cálculo em 31/12/19	10.318
Alíquota de Imposto de Renda	25%
Alíquota de Contribuição Social	15%
Crédito Tributário de Imposto de Renda	2.579
Crédito Tributário de Contribuição Social	1.548
Total dos Créditos Tributários em 31/12/19 – Nota 6	4.127

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

e) Valor presente dos créditos ativos
O valor presente dos créditos ativos, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 3.896 (2018 - R\$ 6.335). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.**NOTA 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber com dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos foram calculados na forma de juros sobre o capital próprio, conforme faculta a legislação vigente, em 2019 no montante de R\$5.700 (2018 – R\$ 1.820).

Descrições	Exercícios	
	31/12/19	31/12/18
Lucro do Exercício	8.661	6.977
Destinação – Juros sobre o Capital Próprio	-	1.820
% de Distribuição	-	29,56%
Juros sobre o Capital Próprio por Ação (R\$ por ação)	-	0,0105

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído.

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Descrições						
FUNMINERAL	54	49	-	-	969	655
FUNPRODUIZIR	3.157	2.841	-	-	7.630	5.872
FOMENTAR	13.730	13.657	-	-	4.010	4.180
FUNBAN	1.115	-	-	-	1.201	423
Taxa de Equalização (*)	1.971	1.549	-	-	6.858	5.760
JCP (Juros s/ Capital Próprio – Estado de GO)	-	-	5.700	1.823	-	-

(*) A taxa de equalização refere-se ao subsídio do FUNPRODUIZIR às empresas de pequeno porte sob a forma de equalização de juros em operações de crédito.

NOTA 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

O Demonstrativo de Limites Operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Atuação da Instituição na Instituição; b) Atuação da Agência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Situação em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central, o documento 2061.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos proprietários.

Índice de Basileia e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/2019, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/19		31/12/18	
	2019	2018	2019	2018
Patrimônio de Referência	187.882	184.842	-	-
Índice de Basileia	54,34%	48,63%	-	-
Nível I	44,31%	38,60%	-	-
Índice de Imobilização Basileia	2,20%	2,17%	-	-
Limite	93.941	92.421	-	-
Situação	4.137	4.003	-	-
Folga de Imobilização	89.804	88.418	-	-

Em março de 2013, o Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Resolução nº 4.192/13 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de Instituições Financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referência (PR).

Resolução nº 4.193/13 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal.

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supra citadas, a determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets).

O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192/13 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.193/13 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A – GOIÁS FOMENTO
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010
Goiânia – GO

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“**GoiásFomento**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“**GoiásFomento**”) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à GoiásFomento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Ênfase

3.1) Eventos Subsequentes:

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos para os eventos mencionados na nota explicativa nº 26 que passamos a transcrever:

Considerações a respeito do COVID-19 relativos à área de Riscos da Agência de Fomento de Goiás S.A. A Agência de Fomento de Goiás S.A. por meio da Gerência de Riscos Corporativos - GERIC e sua preocupação com a continuidade dos negócios da instituição e com o efeito futuro de situações adversas ocasionadas por meio de situações externas que pudessem impactar os negócios da instituição levou ao conhecimento da Diretoria Executiva da GoiásFomento a necessidade de aprovação da Política de Gestão de Continuidade de Negócios - PGCN e do Plano de Continuidade de Negócios - PCN. A Diretoria Executiva da GoiásFomento achou prudente levamos os dois documentos para aprovação do Conselho de Administração. Após reunião do Conselho, o PGCN e o PCN foram aprovados.

3.2) Provisão para Contingências Judiciais – Resolução nº 1.180/2009

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que, observando ao que determina a NTG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a **GoiásFomento** efetua provisão com base em avaliação, classificação e qualificação dos riscos com probabilidade de um desfecho desfavorável, considerando-a como perda provável, cujo montante registrado é de R\$ 757.478,67 em 31/12/2019, montante este superior ao valor informado por seus especialistas jurídicos. Para as ações classificadas e qualificadas com perda possível, apenas é mencionado em notas explicativas o quantitativo de 25 ações, as quais deviam ser divulgadas em Notas Explicativas com os respectivos valores estimados para a perda. Destacamos que a Administração vem buscando o aprimoramento do acompanhamento das ações judiciais, a atual Diretoria optou pela não renovação do contrato de prestação de serviços jurídicos, internalizando e centralizando todas as ações judiciais da GoiásFomento na Gerência de Recuperação de Crédito – GEREC. Em agosto de 2019, foi adquirido um sistema jurídico, denominado DataJur, com o intuito de trazer benefícios como facilidade de acesso, gestão automática de processos, mobilidade, centralização de informações, controle e modernização da rotina.

4) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 6.264 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados

de perda definidas pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiásFomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela GoiásFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

4.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 4,127 mil cuja realização depende de atualização de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela GoiásFomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Como o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de aplicação em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de de a **GOIÁS FOMENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **GOIÁS FOMENTO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁS FOMENTO**.

- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **GOIÁS FOMENTO** a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

7) Outros Assuntos

7.1) Relatório da Administração

A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as previstas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

7.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 28 de março de 2019.

Goiânia/GO, 30 de março de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” GO
Sócio Sênior – CNAI 1552



Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” GO
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S” GO
CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na conformidade do Artigo 163, II a VIII, da Lei 6.404 de 15/12/76, e Artigo 2º, da Circular 3.171 de 30/12/2002 do Banco Central do Brasil, após procederem o exame dos seguintes documentos: Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018; o Estudo Técnico referente ao Crédito Tributário; e da Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE 001/2003, Artigo 10 inciso XVIII alíneas: a) (*irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão anticorrotivos apurados no exame das contas e as providências adotadas para o resguardo do interesse público*); b) (*resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao Relatório de Gestão a que se refere o inciso II deste artigo*) e c) (*situação dos administradores perante os cofres da entidade*). Conclui que, durante os trabalhos, não encontraram nenhuma irregularidade e julgam que refletem, adequadamente, a situação Patrimonial e Financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

Goiânia, 14 de fevereiro de 2020

LUCIANO MACHADO PEREIRA
CONSELHEIRO

ROGÉRIO SANTANA FERREIRA
CONSELHEIRO

THIAGO VINÍCIUS VIEIRA MIRANDA
CONSELHEIRO